

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1021**

*de 10 de dezembro de 2014*

**"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Chapadão do Sul - MS, para o Exercício de 2015, e dá outras providências".**

*A Prefeita Municipal Interina de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:*

### **Art. 1º..**

*Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Chapadão do Sul para exercício financeiro de 2015, compreendendo o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades que compõem a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.*

### **Art. 2º..**

*O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul para o exercício de 2015, estima a Receita e Fixa a Despesa no valor total consolidado de R\$ 117.370.000,00 (Cento e dezessete milhões trezentos e setenta mil reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 81.185.509,00 (Oitenta um milhões cento e oitenta e cinco mil e quinhentos e nove reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 36.184.491,00 (Trinta e seis milhões cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa e um reais).*

### **Art. 3º..**

*A Receita Orçamentária decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, estando discriminadas as fontes de recursos de acordo com a Instrução Normativa TCE/MS nº 35/2011 e suas alterações, em seus respectivos quadros que acompanham esta Lei.*

### **Parágrafo único. .**

*Se houver alterações quanto às fontes recursos e sua destinação mediante ato legal do TCE/MS, fica o Poder Executivo autorizado a promover o remanejamento e ajuste das mesmas através de Decreto de suplementação.*

### **Art. 4º..**

*As Receitas e as Despesas serão realizadas de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:*

## **I - RECEITA**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR R\$</b>
<b>1. RECEITA CORRENTE</b>	<b>104.620.480,00</b>
<i>Receita Tributária</i>	17.437.490,00
<i>Receita de Contribuições</i>	4.441.000,00
<i>Receita Patrimonial</i>	3.732.370,00
<i>Receita Industrial</i>	110.000,00
<i>Receita de Serviços</i>	137.000,00
<i>Transferências Correntes</i>	76.936.220,00
<i>Outras Receitas Correntes</i>	1.826.400,00
<b>2. RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>19.491.000,00</b>
<i>Transferência de Capital</i>	19.491.000,00
<b>3. RECEITA INTRAORÇAMENTARIA</b>	<b>3.990.000,00</b>
<i>Receita de Contribuições</i>	3.988.000,00
<i>Outras Receitas Correntes</i>	2.000,00
<i>Intraorçamentária</i>	
<b>4. REC.DE CAPITAL</b>	<b>1.000,00</b>
<b>INTRAORÇAMENTARIA</b>	
<i>Amortização de Empréstimos</i>	1.000,00
<b>5. DEDUÇÕES</b>	<b>-10.732.480,00</b>
5.1. <i>Dedução da Receita Patrimonial</i>	-3.000,00
5.2. <i>Dedução p/ Formação do FUNDEB</i>	-10.729.480,00
<b>6. TOTAL</b>	<b>117.370.000,00</b>

## **II - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR R\$</b>
<i>Despesa Corrente</i>	80.690.950,00
<i>Despesa de Capital</i>	28.660.650,00
<i>Reserva de Contingência</i>	8.018.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>117.370.000,00</b>

### **III - DESPESAS POR**

#### **ÓRGÃO**

##### **ESPECIFICAÇÃO**

##### **VALOR R\$**

<i>Câmara Municipal de Chapadão do Sul</i>	<i>4.820.000,00</i>
<i>Gabinete do Prefeito</i>	<i>882.349,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Governo</i>	<i>118.000,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Administração</i>	<i>13.431.000,00</i>
<i>Secretaria Mun. de Obras, Transp. e Serviços Públicos</i>	<i>18.208.060,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	<i>30.268.900,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Saúde</i>	<i>20.750.241,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Assistência Social</i>	<i>5.314.250,00</i>
<i>Secretaria Mun. de Desenv. Econômico e Meio Ambiente</i>	<i>6.038.250,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento</i>	<i>2.641.250,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Cultura e Esporte</i>	<i>2.868.200,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Infraestrutura e Projetos</i>	<i>401.000,00</i>
<i>Secretaria Municipal de Segurança</i>	<i>618.100,00</i>
<i>IPMCS-Inst. Prev. Social Serv. Mun. Chap. Do Sul</i>	<i>10.585.400,00</i>
<i>Reserva de Contingência</i>	<i>425.000,00</i>
<b>TOTAL</b>	<b>117.370.000,00</b>

#### **Art. 5º..**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:*

#### **I.**

*Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (Quarenta por cento) sobre o total da despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes previstas no § 1º do Art. 43 da Lei 4.320/64.*

## ***II.***

*Tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e realizar Operações de Créditos por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecendo ao limite estabelecido no inciso III, do artigo 167, ambos da Constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal.*

## ***Art. 6º..***

*Fica autorizado e não serão computadas para efeito do limite do inciso I do artigo anterior as suplementações de dotações visando o atendimento à ocorrência das seguintes situações:*

### ***I.***

*O remanejamento de dotações e fontes de recurso dentro da mesma Secretaria, Fundos, Autarquias e Fundações através de Decreto nos termo do Inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, limitado ao crédito autorizado para a respectiva unidade;*

### ***II.***

*Insuficiência de dotação no grupo de natureza de despesa com Pessoal e Encargos Sociais;*

### ***III.***

*Insuficiência de dotação nos grupos de natureza de despesas 2 - Juros e Encargos da Dívida e 6 - Amortização da Dívida;*

### ***IV.***

*Abertura de crédito adicional suplementar para atender despesas com pagamentos de Sentenças Judiciais e Precatórios Judiciais;*

## **V.**

*Abertura de crédito adicional suplementar para adequação da despesa com recursos oriundos de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Cooperação ou Instrumento Congênere, limitados aos recursos efetivamente arrecadados; e*

## **VI.**

*A abertura de crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro nos termos do Art. 43, parágrafo § ,1º inciso I da Lei Federal 4.320/64.*

## **Art. 7º..**

*Ficam autorizados à inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programas aprovados nesta Lei, mediante Decreto do Poder Executivo nos termos do Inciso II do Art. 41 utilizando as fontes previstas no § 1º do Art. 43, ambos da Lei Federal 4.320/64.*

## **Art. 8º..**

*Fica autorizada a readequação da despesa com o aumento da receita efetivamente arrecadada nas suas respectivas fontes de recursos, elencadas na Instrução Normativa TCE/MS nº 35/2011 e suas alterações.*

## **Art. 9º.**

*Autoriza o Poder Executivo a promover a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e a Lei do Plano Plurianual - PPA, com as alterações verificadas nesta Lei.*

## **Art. 10.**

*Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos as entidades privadas identificadas no quadro demonstrativo das entidades a serem beneficiadas com subvenções, anexo a presente, por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferências de recursos, obedecendo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária.*

**Art. 11.**

*Em cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal, o Executivo Municipal se obriga a suplementar ou deduzir o Orçamento Geral da Câmara Municipal, em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício de 2014, tendo por base a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2014.*

**Art. 12.**

*O Poder Executivo disponibilizará, até 30 de janeiro de 2015, o cronograma mensal de previsão de arrecadação de receitas e desembolso de despesas para o exercício de 2015, com base na Receita Prevista e Despesa Fixada por esta Lei.*

**Art. 13.**

*Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.*

*Chapadão do Sul/MS, 10 de dezembro de 2014.*

*ELIZABETH BUSHMANN SCHEIDE, Prefeita Municipal*  
*Interina.*

---

*Lei Ordinária Nº 1021/2014 - 10 de dezembro de 2014*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*